



# Poder Popular



II CONGRESSO DOS TÊXTEIS

## LINHA REVOLUCIONÁRIA REFORÇA - SE

O 2º Congresso dos trabalhadores do sector têxtil que decorreu na Covilhã de 19 a 21 de Maio, saldou-se de um modo positivo para os Trabalhadores do sector, dadas as conclusões aprovadas expressas num Plano de Acção que consagra pontos essenciais para a sua luta, tudo dependendo agora da capacidade que haja para as levar à prática sob a responsabilidade das actuais direcções sindicais.

O Congresso foi também positivo para as posições defendidas pelos delegados afectos à Corrente Sindical Revolucionária, já que aquelas foram contempladas quase na íntegra. Especial destaque neste campo para a aprovação da luta por um aumento igual para todos os trabalhadores a partir de Setembro deste ano.

Na realidade o sector têxtil continua a ser aquele em que a corrente sindical revolucionária é mais forte (apoio de 40% dos delegados na votação mais significativa do Congresso) facto que não tem paralelo em qualquer outro sector fundamental e que deve constituir exemplo do trabalho que os revolucionários podem desenvolver dentro dos sindicatos e do movimento sindical unitário.

Há a considerar também, o peso político que camaradas como Manuel Lopes e Kalidas (para só falar dos mais conhecidos) têm no seio da CGTP-IN, bem como de outros camaradas independentes prestigiados nas respectivas zonas.

Estes dois factores conjugados - forte presença da corrente sindical revolucionária e independentes prestigiados

Três factores viriam porém a fazer estalar as contradições existentes entre as duas linhas e concepções político-sindicais, em pontos afinal essenciais:

1º) A proposta dos trabalhadores Têxteis do Sul (aprovada em Assembleia Geral) para a luta por um aumento de mil e quinhentos escudos para to-



dos os trabalhadores. anterior secretariado conduziram a que fosse possível a partida elaborar um Plano de Acção correcto no essencial, não havendo nada de especial a assinalar quanto a Estatutos.

Estavam criadas a partida as condições para um Congresso sereno, em clima de unidade.

ATAQUE DOS REFORMISTAS À DEMOCRACIA INTERNA

A primeira questão haveria de surgir no ponto de alteração aos Estatutos. De facto foi coisa visível durante dois anos que decorreram após o 1º Congresso que um dos aspectos positivos da actividade da Federação Têxtil consistiu precisamente na elevada vivência democrática intema expressa na realização de 15 Conselhos Gerais, onde se discutiram as principais questões que afectaram os trabalhadores têxteis. Acontece que neste órgão, composto pelos dirigentes sindicais eleitos para o Congresso, o voto era individual assegurando frequentemente a votação de posições e propostas da linha revolucionária com os votos de dirigentes sindicais que no respectivo sindicato estavam em minoria. Ou, pelo menos, asseguravam um equilíbrio impeditivo da tentativa de passagem de qualquer manobra sectária. Além disso, os Conselhos Gerais eram factor de unidade porque as posições e propostas eram debatidas abertamente, a luta ideológica era uma realidade.

CONTINUA NAS CENTRAIS

## Juiz Barata depois de soltar pides prende Militares de Abril

- Ofensiva da direita militar abate-se sobre militares e ex-militares democratas alguns dos quais se encontram já presos na Trafaria.
- Reabertos processos sobre "desaparecimento de armas" usadas na contenção do golpe fascista de 11 de Março.

VER ULTIMA PAGINA

## J. MARTINS PEREIRA AO Poder Popular:

«a economia portuguesa deixou por completo de ser gerida e orientada pelos portugueses»

Com este texto de João Martins Pereira iniciamos neste número a publicação duma série de depoimentos sobre o acordo do Governo com o FMI.

VER ULTIMA PAGINA

## MES e MC aprofundam solidariedade militante

Em 20 e 21 de Maio realizou-se em Lisboa uma reunião de trabalho entre delegações do CC do MES e do Comité Federal do Movimento Comunista do Estado Espanhol chefiada pelo seu secretário geral Eugenio Del Rio.

Esta reunião de trabalho abre um novo campo de cooperação entre os nossos dois partidos que vai muito para lá da tradicional solidariedade das palavras. Com efeito para além dos caminhos abertos pelas afinidades políticas e ideológicas do MES e do MC, que os contactos realizados aquando do nosso III Congresso e, mais recentemente, durante o II Congresso do MC permitiram detectar e aprofundar, é a própria realidade da luta de classes e da situação política em Portugal e no Estado Espanhol que constitui um decisivo factor de consolidação das relações fraternas de cooperação entre os nossos dois partidos.

CONTINUA NA PÁG.7

1ª SESSÃO PÚBLICA DO T.C.H.D.

## FASCISMO NUNCA MAIS



Teve lugar na Voz do Operário no passado fim de semana a primeira sessão pública do Tribunal Cívico Humberto Delgado.

No sábado decorreu a primeira parte dos trabalhos - A Introdução - com a apresentação do Juiz, a leitura da Proclamação do Tribunal, a

exposição das suas normas processuais e a apresentação do Relatório ao Secretariado Executivo.

De realçar aqui a intervenção do Prof. Orlando de Carvalho que acusando "as autoridades que têm o dever de julgar o fascismo" do "crime de omissão" afirmaria, em seguida, que o "TCHD, não tendo poder para condenar materialmente, tem poder enorme de obrigar o Governo a condenar o que há muito deveria ter fei-

to". Em seguida decorreu a segunda parte - a acusação - sendo de destacar a intervenção da filha do General Humberto Delgado que, insurgindo-se contra a autorização de regresso de Tomás perguntou "como é possível não julgar um ex-Presidente da República que condecora, passado pouco tempo do assassinato do seu opositor à eleições presidenciais de 1958, um dos

CONTINUA NA PÁG.8

Fazer do Poder Popular uma arma mais forte para a luta!  
CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS (4-18 Junho)

# EM DESTAQUE

## o discurso de Soares

Mário Soares apresentou-se, na passada quarta-feira, na Assembleia da República para proferir um discurso que já se esperava importante. Tratava-se duma proposta para "dotar o Estado Democrático de instrumentos de auto-defesa".

Depois da libertação dos Pides e bombistas da proliferação de pasquins fascistas, das manobras de Kaulza de Ariaga e seus pares, do anúncio da vinda de Tomás, depois do PS ter dado cobertura a toda esta avalanche da direita e extrema-direita, Mário Soares apresenta-se preocupado com o avanço das atitudes, organizações e acções fascistas...

"A República não pode fechar os olhos por mais tempo à propagação desפורada dos ideais fascistas, racistas e colonialistas banidos após o 25 de Abril"... "pasquins que são centrais organizadas de intriga, de calúnia, de conspiração"... "os juizes não poderão ser independentes à sensibilidade democrática do povo" - estas algumas das afirmações do 1º Ministro num discurso que vindo tarde se pode considerar positivo.

De facto é sabido que a legislação actual não é suficiente para actuar sobre as acções anti-constitucionais dos bandos fascistas. É urgente legislar, dotar o poder judicial de armas mais fortes para os prender e julgar! Este é o lado

positivo das promessas de Soares, ao qual o MES dá o seu inteiro apoio. Vejamos quando e como elas se irão concretizar!

Mas o que o 1º Ministro não disse, nem podia dizer, é que se crescem as manobras e propagação dos defensores do antigo regime isso também se deve à actual situação política e económica que abre espaço para essas acções.

O que Soares não disse é que a política de bancarrota e de venda do país ao imperialismo que prossegue o seu governo, gera um clima de descontentamento geral no povo português que leva alguns sectores a identificarem mal-estar e aumento do custo de vida com o 25 de Abril, e a transformarem-se em base social que anseia por um "salvador de pátrias" e que está pronta a comprar a "Rua" ou o "Diabo", a aplaudir os Kaulzas e os corrécios, ou a bater palmas à vinda do Tomás.

O MES não desconhece pois a importância das propostas que o governo colocará à AR. Só que não fica por aí! Só num trabalho político que catalize do ponto de vista de esquerda esses sectores que hoje se deslocam para a direita fascista e fascizante é que se combate realmente o fascismo! Hoje, como ontem, só se é consequentemente anti-fascista numa perspectiva anti-capitalista e anti-imperialista.

## os 10 pontos do PCP

O Comité Central do PCP, passado quase um ano sobre a sua proposta de eleições antecipadas ou negociação duma plataforma (Pacto) entre todas as forças representadas na Assembleia da República (PS/CDS/PPD/PCP), apresenta uma "nova" proposta. Ela tem um mérito indiscutível: a clareza.

A música é a mesma só a pauna que andava de pemas para o ar é que, finalmente, ficou direita. Com efeito, fiel à sua política reformista e à sua ideologia revisionista, o PCP desde há muito que escolheu como tática a negociação do Pacto Social, isto é, a "amenização" ou a aplicação "razoável" das leis da recuperação capitalista. No entanto as suas propostas escondiam muitas vezes o essencial da sua política através dum radicalismo verbal expresso em soluções e propostas irrealizáveis na actual correlação de forças (como por exemplo a dissolução da A.R.

e a convocação antecipada antecipadas ou a não devolução de nenhuma empresa intervençãoada). Em todos estes casos o aparente radicalismo ou a aparente combatividade das posições do PCP escondiam uma política de conciliação e capitulação com resultados bem visíveis: o poder político guinou ainda mais a direita e os processos de luta contra as desintervenções dirigidos pelo PCP redundaram sem excepção em pesadas derrotas pois se procurava a resistência simbólica isolada e não a luta unificada e firme.

A proposta actual dos "10 pontos" e do "bloco democrático" tem, portanto o inegável mérito de colocar à cabeça da propaganda do PCP a negociação do Pacto Social, traduzida na aceitação da política de austeridade e de todos os mecanismos do regime democrático-burguês, e o alargamento da velha "maioria de esquerda" que saiu da gaveta para ser engalanada com a

Sousa Franco do PPD e, pelo menos, com os ministros do CDS.

Agora compreende-se melhor (aqueles que se deixaram iludir pelo "radicalismo" aparente das anteriores propostas do PCP devem meditar com cuidado no sentido das "novas" propostas) a insistente tarefa do PCP em impedir a constituição de verdadeiras listas unitárias e em oferecer, portanto, sindicatos como os bancários do sul e os escritórios e Aveiro, entre outros, as forças da cisão: o negócio do Pacto Social exige um férreo controle partidário sobre o movimento sindical, nem que seja, à custa do favorecimento da acção das forças divisionistas.

A política do PCP é, de

## Eanes no Brasil

"... Encontrei outro dia, num quartel de Góias, um soldado que nunca escovara os dentes e outro que nunca usara o banheiro. E por aí vocês me digam se o povo brasileiro está preparado para o eleger Presidente da República". Esta é uma das "inúximas" do fascista e general Figueiredo, indigitado como futuro presidente, com quem Eanes manteve amena conversação na sua viagem ao Brasil.

Muito se pode dizer em abono de tal visita - que é o resultado duma diplomacia "aberta" que visava recuperar para o apoio à nossa experiência democrática a colónia portuguesa no Brasil, etc... etc.

A realidade foi e é bem outra! Entremendo alguns salpicos progressistas com discursos que mais pareciam pedidos de desculpa do "25 de Abril",

forma cada vez mais clara, uma política de conciliação e recuo. Os revolucionários não estão contra a negociação, não é isso que criticamos à política do PCP. Os revolucionários defendem a negociação numa fase de resistência como a que atravessamos, mas a negociação com a força do movimento popular e assente na mobilização dos trabalhadores para a luta e não a negociação feita nas costas e sem a mobilização dos trabalhadores, a negociação que privilegia os corredores do poder em vez dos locais de trabalho, a negociação que apenas fala de jornadas de luta mas não as convoca, isto é, não a conciliação reformista que só serve o fortalecimento da política de recuperação capitalista.

Eanes cumpriu um papel que bem agradou à direita de cá e de lá. Num momento em que o fascismo brasileiro se vê a braços com o crescer do movimento popular capaz de abrir brechas no próprio aparelho militar, num momento em que os generais estão cada dia mais isolados internacionalmente, esta visita ofereceu-lhe uma certa capa democrática e liberal de que bem andava precisado.

Durante as recepções e conversações Eanes não deixou de prometer indemnizações e mais indemnizações aos capitalistas e grupos brasileiros que por cá exploravam o nosso povo antes do 25 de Abril.

Ainda que não tomado público Eanes não terá deixado de negociar igualmente a vinda de Tomás... Fala-se muito em "diplomacias paralelas"... mas ao serviço de quem?

## o PSD dividido

As reuniões partidárias das forças da direita parlamentar dominaram a cena política burguesa desta última quinzena.

Em Lisboa tivemos a imagem dum PSD dividido a comemorar o seu 4º aniversário - divisão que ultrapassa o mero jogo de personalidades ainda que, como sempre acontece nos partidos burgueses, esse jogo assumia a sua importância. Dum lado um Sá Carneiro com um discurso mais populista, incamando a oposição de direita do governo, a Constituição e a Eanes; doutro o chamado "grupo de Lisboa", defendendo uma oposição selectiva a actual coligação PS/CDS no poder e um apoio crítico ao Presidente da República, incamando o projecto social-democrata saído do último Congresso.

Neste combate que, diga-se, tem sido disputado e com várias alternâncias na classi-

ficção, Sá Carneiro parece ter jogado mais uma cartada no Comício de comemoração do 4º aniversário do PSD, com olhos postos no anseado Congresso Nacional de 1 e 2 de Julho. Dominando em absoluto as comemorações, o ex-líder pépêdista interveio mais notadamente do que já nos vem habituando mas não deixou de fazer uma forte crítica ao documento do CR, ao "militarismo presidencialista" e aos "grupos vanguardistas" no seu partido. Tudo isto enquanto os seus apaziguados gritavam "Ó Francisco, toma lá conta disto".

Se a sua posição de futuro líder é assim apoiada por largos sectores das bases sociais-democratas, a força exacta dos "quadros" defensores da actual linha política ainda não é clara. É neste contexto que as diferentes ideias partem o seu peso



## SOARES CORRE PERIGO DE NAUFRÁGIO

A convite de Souto Cruz, Soares foi passear de submarino. Fontes próximas de S. Bento informaram-nos ser possível que o 1º ministro não consiga voltar à superfície... Pelo menos se meter tanta água como é costume - acrescentaram nos.

## OS IRMÃOS DE MOTA FREITAS

Por ocasião do julgamento da rede bombista, não têm faltado vozes que, da direita militar, se erguem em defesa do major Mota Freitas.

Antes de partir para o Brasil, integrado na comitiva presidencial Jaime Neves afirmou: "é um homem muito parecido comigo".

Na passada quarta-feira várias foram as testemunhas em Santa Clara que abonaram em favor do major bombista. O (agona) coronel Carlos Azevedo esforçou-se em demonstrar que o bombismo é obra da esquerda! "Certos rebentamentos foram mandados efectuar pela quinta divisão do Estado Maior e por elementos de esquerda a ela afectos" - afirmou.

Mais "comovente" ainda seria o depoimento do Ministro Firmino Miguel: "é uma pessoa de excelente formação humana, homem digno e de carácter, com quem me habituei a contactar como um irmão".

Como se pode concluir destas declarações, trata-se duma grande família. Todos muito parecidos, como se fossem irmãos. Pelo menos são sinceros!

## CAMPANHA DE FUNDOS PELO Poder Popular!

O nosso partido vai realizar de 4 a 18 de Junho uma campanha nacional de recolha de fundos, subordinada ao tema "Fazer do Poder Popular uma arma mais forte para a luta".

Esta campanha incluirá um número variado de iniciativas e realizações, que, para além do objectivo de recolha de fundos, deverão constituir um momento de dinamização da nossa acção política e de estreitamento das nossas relações com os simpaticizantes e amigos do nosso Partido.

No plano interno, destacar-se-á a campanha de "um dia de salário para o Partido". No plano externo, as realizações terão como já dissemos, um carácter variado, baseado na iniciativa dos comités e células do Partido, devendo procurar-se atingir os vários objectivos apontados.

A recolha externa de fundos, será associado o sorteio de excursões a Espanha e aos Açores, a realizar no Verão. Para esta e outras realizações chamamos a atenção e pedimos o contributo dos camaradas militantes e de todos os amigos do nosso Partido.

### REFORÇAR O "PODER POPULAR"

Os revolucionários atravessam hoje uma fase difícil de luta, que se liga às próprias dificuldades sentidas pelos trabalhadores. A ofensiva burguesa, ao mesmo tempo que aumenta a exploração económica sobre o povo, procura isolar e silenciar a acção e voz dos revolucionários. Nesta situação de resistência popular, mais do que nunca, o povo trabalhador e os revolucionários terão de contar com as suas próprias forças. A acção política organizada dos revolucionários é de decisiva importância nesta fase de luta difícil e necessariamente prolongada em que nos encontramos. Apesar das dificuldades, existem todas as condições para que, tirando todas as lições dos erros do passado, os revolucionários se liguem de forma mais firme à vida e luta das massas trabalhadoras e aí encontrem a base segura do seu próprio fortalecimento.

A imprensa revolucionária sofre hoje um cerco apertado. As notícias e posições do nosso Partido são objecto de silenciamento ou de menosprezo nos jornais de grande tiragem, que se encontram sob controle das forças burguesas e reformistas. Os encargos económicos para produção do nosso jornal aumentam de dia para dia.

Apesar destas dificuldades, não hesitamos em afirmar que o nosso jornal, "Poder Popular", tem que se reforçar e vai reforçar-se. O aumento do número de páginas, a melhoria do seu conteúdo, a maior eficácia na distribuição são objectivos possíveis e que estamos determinados em atingir.

A nossa determinação e confiança em melhorar o "Poder Popular" assenta na convicção de que os militantes, filiados e amigos do Partido responderão de forma pronta e efectiva às necessidades do jornal, em particular, através do seu contributo para a campanha de fundos.

# EDITORIAL

## ANTI-FASCISMO OFICIAL E REFORÇO DO ESTADO

Tiveram lugar em Lisboa, no passado fim de semana, as primeiras sessões públicas do Tribunal Cívico Humberto Delgado, importante realização que visa expressar a memória e a consciência populares anti-fascistas no Portugal post-25 de Abril e, que ao mesmo tempo, constitui uma denúncia do modo como os órgãos de poder e a magistratura têm vindo silenciosamente a absolver os crimes da Pide e do fascismo. Significativo é que, enquanto decorria a fase preparatória destas primeiras sessões públicas do TCHD, a Presidência da República tenha enfiado de júbilo os sectores fascistas com o convite ao regresso dirigido ao ex-presidente Tomás.

Entretanto, e subitamente, o governo parece mostrar-se sensível ao movimento de opinião que se encontra gerado, e o primeiro ministro Soares, no discurso de 23 de Maio perante a Assembleia da República, anuncia as primeiras medidas do novo anti-fascismo oficial, que incluem a dotação de meios para a elaboração do já falado "Livro Negro do Fascismo" e intenções legislativas quanto à repressão de actividades fascistas. E anunciou o propósito do governo de reforçar a acção das polícias e de submeter à A.R. uma proposta de lei criando serviços especiais de "pesquisa e informação". Tudo isto para que,

nas suas palavras, "o Estado Democrático se defenda de organizações extremistas, de esquerda ou de direita".

O tom anti-fascista do discurso de Soares foi brindado com apoio crítico e mais ou menos reticências nas intervenções que diversos sectores da esquerda parlamentar fizeram em seguida. Mas a intervenção mais significativa pertenceu ao parceiro governamental CDS, para o qual, nas palavras de Amaro da Costa, o discurso do primeiro ministro "se situa claramente ao nível do Estado e rejeite hipotecas ideológicas", pois "não se trata só de combater o fascismo e promulgar leis anti-fascistas, mas de elaborar legislação que contribua para a defesa e reforço do Estado".

Ficou assim claro o sentido que o CDS, e os sectores sociais e políticos que representa, darão à elaboração e discussão, no governo e no Parlamento, de leis contra as actividades fascistas. A sua aposta é o reforço, evidentemente autoritário, do estado, o que não será incompatível com legislação que limite actividades flagrantemente fascistas desenvolvidas à margem do mesmo estado.

A experiência dos 2 governos constitucionais de Soares tem sido uma experiência de progressiva limitação de direitos e garantias individuais e colectivas, à sombra da institucionalização do regime democrático-burguês. A própria crise económica em que a política destes governos mergulhou o país, e um poderoso travão ao exercício de liberdades fundamentais, evidente por exemplo na utilização que o patronato vem fazendo do desemprego crescente para "pacificar" fábricas e empresas.

E a aceitação das receitas do FMI e a integração — em perspectiva — na CEE acentuarão as tendências autoritárias do patronato e do estado, impondo critérios e condutas que nem correspondem ao projecto que se encontra expresso na Constituição de 1976.

O CDS aposta no reforço do estado autoritário. O PS reconhece que tal é necessário, em nome da luta anti-fascista. O patronato, entende — vejam-se as conclusões do Encontro organizado pela CIP no Porto, no passado fim de semana — que "é indispensável proceder sem demora à alteração radical do enquadramento institucional da economia portuguesa, no sentido da sua liberalização". Que concluir daqui?

Que um reforço do autoritarismo na sociedade portuguesa não terá necessariamente que utilizar métodos caracteristicamente fascistas, e até poderá ter como agentes sectores que se reclamam da luta anti-fascista. Que o corrente movimento de opinião expresso na notável realização que é o TCHD e na oposição ao regresso de Tomás deve ser saudado como memória e condenação de um período particularmente odioso na história recente e como prevenção da sua utilização para manipular frustrações de sectores sociais desorientados. Mas que a defesa das liberdades e garantias impõe aos trabalhadores, aos revolucionários, aos sectores progressivos que não se limitem à denúncia do fascismo histórico, mas que procurem e combatam todas as formas através das quais o novo autoritarismo entra na nossa sociedade.

E isto resistir activamente para que, não venhamos, em nome do reforço da democracia, a perder as liberdades.

**III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTUDANTES**

20 e 21 MAIO  
COIMBRA

MES



Cerca de 80 delegados das células e estruturas estudantis do MES, vindos de todos os pontos do país, reuniram-se durante o fim de semana de 20/21 de Maio em Coimbra para a III Conferência Nacional dos Estudantes do MES.

Durante dois dias discutiu-se e aprovaram-se resoluções sobre a actual situação nas escolas e as tarefas que o MES aponta para o ME e o MA assim como diversas propostas organizativas donde se destaca a da criação de uma organização autónoma estudantil.

Apesar das várias horas de debate franco e aberto ainda houve o ânimo capaz de fazer prolongar a sessão pública por toda a tarde de Domingo, em ambiente de grande participação e convívio revolucionários. O camarada Jacinto Martins, em nome do CC, analisou a actual situação política e as tarefas da Resistência Popular ao que se seguiu a exposição das principais conclusões da III Conferência, a cargo do camarada João Neves (membro da D.A.E. — ISE). Abriu-se então um período de debate, vivo de ensinamento, sobre Maio de 68 e as suas incidências no Movimento Estudantil em Portugal, em que participaram Jacinto Rodrigues (exilado em França, na altura), Alberto Martins (presidente da AAC em 69) e um camarada da OCT — Organização Comunista dos Trabalhadores (de França) que viveu intensamente os acontecimentos de Maio.

A parte final foi animada com os poemas e canções dos camaradas Martinho e Zé Ricardo de Beja e ainda com um grupo cultural "Tempos Novos" da Figueira da Foz.

Divulgamos a seguir um dos principais pontos da conclusão desta Conferência.

### DEFINIÇÃO DAS PALAVRAS DE ORDEM E OBJECTIVOS GERAIS PARA O M.E.

A luta contra a reconversão capitalista liga-se hoje mais do que nunca ao combate pela conquista da hegemonia das perspectivas revolucionárias junto da juventude estudantil e à luta pela direcção revolucionária do movimento dos estudantes.

A direcção revolucionária conquista-se e firma-se na luta contra a política do MEC. A batalha ideológica contra os valores burgueses ganha-se no trabalho de base, impondo uma nova prática associativa, reagrupando os estudantes, politizando o quotidiano e os seus problemas.

Os estudantes do MES trabalharão para que o ME se reorganize e ganhe uma combatividade renovada. Concretizar esta direcção só será possível através de um trabalho de sensibilização e mobilização da juventude estudantil para a luta contra a reestruturação tecnocrática e autoritária que o novo bloco no poder procura levar à prática.

Mas falar em apresentação de alternativas não significa partir de análises vanguardistas, visto que não se trata aqui de apresentar uma alternativa à escola capitalista, mas tão só de contrapor ao projecto de reestruturação propostas que sejam entendidas ao mesmo tempo como objectivos possíveis e como importantes pontos de mobilização, contribuindo desta forma para que o movimento estudantil se constitua como uma das frentes da Resistência Popular Activa e ganhe uma combatividade e objectivos de luta não meramente de natureza ideológica, mas ligados aos problemas que os estudantes sentem, canalizando para a resistência as energias disponíveis do ME.

Os objectivos que o MES aponta para a luta estudantil terão inevitavelmente que partir de uma análise das preocupações e sentimentos dos estudantes, sem o que se revelarão ociosos e sem

qualquer possibilidade de se tomarem focos de mobilização.

É exactamente partindo dessa análise que neste momento afirmamos serem o trabalho ideológico e o trabalho pedagógico uma das principais direcções da intervenção.

Destas considerações iniciais resulta que neste momento a nossa palavra de ordem principal seja:

### CONTRA A RECONVERSÃO CAPITALISTA DAS ESCOLAS POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO, CRÍTICO E CIENTIFICO!

Palavra de ordem que deverá ser suportada pela articulação das seguintes frentes de combate:

- luta contra o autoritarismo capitalista e o renascimento do fascismo;
- luta contra o isolamento dos estudantes em relação à vida e luta dos trabalhadores;
- luta no interior do aparelho escolar contra o discurso político-ideológico das classes dominantes, reduzindo-lhe os efeitos, através da contraposição de uma ideologia anti-capitalista;
- luta contra o enquadramento repressivo da juventude, contra a marginalização da juventude.

Aqui encontra directamente a problemática de ordem pedagógica e do funcionamento das escolas, que se apresenta como uma das componentes essenciais do conjunto dos problemas mais sentidos pelos estudantes. É na resposta a estas questões que centraremos a nossa atenção, dela dependendo em grande medida a possibilidade de chamar para o campo das posições revolucionárias um conjunto alargado de estudantes, engrossando assim a corrente de oposição ao projecto de reforma tecnocrática empreendido pela equipa de Cardia, acrescentada agora com as "personalidades competentes" do CDS.

## MES Notícias do MES Notícias do MES Notícias do MES

### PLENÁRIO DA O.R.P.

No próximo sábado, dia 3 de Junho, realiza-se na sede da Organização Regional do Porto um Plenário Regional que irá funcionar em duas partes: a primeira aberta a militantes, filiados e simpatizantes do Partido destinada a Informação sobre a situação política geral e sectorial e a um debate sobre as perspectivas de intervenção partidária na região, outra, reservada a militantes, destinada a pontos de política organizativa interna donde sobressai a preparação do Encontro Nacional de Organização a realizar naquela cidade em 1 e 2 de Julho.

### RIBATEJO — O PARTIDO FOR TALECE-SE!

No seguimento do trabalho

político e organizativo que vem sendo feito no Ribatejo, noticiámos já no PP a formação do Comité Local do Tragaçal. Um novo salto acaba de ser dado — a constituição recente da célula do nosso partido na SOMAPRE — Tragaçal.

Este acontecimento é um facto importante não só para o fortalecimento interno do MES como para os trabalhadores da região e, em particular, da Somapre.

### ASSEMBLEIA REGIONAL DA ORL

Na passada quinta feira dia 25 realizou-se uma assembleia de militantes da organização regional de Lisboa com o objectivo de fazer um balanço da acção partidária nessa

região e de eleger uma nova Direcção Regional.

No 1º ponto da ordem de trabalhos debateu-se a actual situação política, num 2º ponto procedeu-se a um balanço da acção partidária e do trabalho desenvolvido pela anterior direcção regional e num 3º ponto procedeu-se à eleição de uma nova Direcção Regional.

A assembleia de militantes mostrou o empenhamento de todos os camaradas e estruturas na actual fase da luta revolucionária no nosso País e na luta pelo fortalecimento do nosso partido.

### SOLIDARIEDADE COM A FRENTE POLISÁRIO

O nosso Partido está a realizar uma série de sessões de solidariedade com a Frente

Polisário e a luta do povo Saharauí. Contando com a participação do Comité Português de Apoio à Frente Polisário realizam-se já sessões no Porto, no dia 26 de Maio, e em S. João da Madeira no dia

## POLISÁRIO solidariedade



27 do mesmo mês. Nessas sessões foram exibidos um filme e uma série de slides e estabelecido debate, o que contribuiu positivamente para o início de um processo de activa solidariedade com a Frente Polisário. Seguir-se-ão sessões em Beja, Coimbra, Almadia e Lisboa.

# Poder Popular

Revista Quinzenal  
Saí às 5.ªs feiras  
Propriedade  
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração — Redacção  
Av. D. Carlos I, 132, Lisboa  
Telefone 66 26 29  
im. ressaio  
Renascença Gráfica SARL  
Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

# O II CONGRESSO DOS TÊXTEIS - reforço da linha revolucionária!

CONTINUAÇÃO DA PÁG.1

Era tudo isto que a linha sindical reformista afecta às posições do PCP não podia tolerar. Não tendo campo de manobra para apresentar a questão em secretariado, onde posivelmente seria derrotada, apresentou-a ao Congresso sob proposta do Sindicato Têxtil do Porto, com o objectivo evidente de silenciar a oposição revolucionária no Conselho Geral e limitar a democracia interna. A partir de hoje escusam de se reunir os 40 e tal membros das Direcções, basta ir um de cada sindicato, fica a ser o conselho dos 14 e pode funcionar "por ofício", como ironicamente salientou um membro do secretariado cessante e dirigente dos têxteis do Sul que se opunha a tal proposta. Não obstante os apelos à retirada da proposta por parte de Manuel Lopes e Kalidás Barreto, a mesma viria a ser votada, tendo a posição reformista, sectária e limitativa de democracia interna recebido o apoio de 60% dos delegados. Diga-se que os reformistas viriam a conseguir estes resultados à custa de delegados que não concordavam mas foram obrigados a votar por uma questão de disciplina interna de certas delegações para quem o voto individual previsto no regulamento do Congresso era tabula rasa.

Esta, que viria a ser a única votação realmente demarcadora das linhas sindicais presentes no Congresso, revelaria a pujança da Corrente Sindical Revolucionária com 40% dos votos, sendo cerca de 30% da corrente propriamente dita e 10% do apoio da linha UDP à posição da Corrente.

A questão da unidade, já abordada no sábado de manhã a propósito da alteração aos estatutos, voltaria à baila da parte da tarde na discussão na generalidade do Plano de Acção. Na verdade, mais uma vez o sectarismo dos reformistas veio ao de cima quando fizeram reprovar pelo plenário a proposta da mesa de orientar as inscrições por um certo equilíbrio, por sindicato. Em consequência, após a sétima intervenção consecutiva do Sindicato Têxtil do Porto o ambiente entre os congressis-

tas era bastante tenso. Tomou então a palavra o camarada Rodrigues, ex-dirigente do Sindicato dos Lanifícios de Castelo Branco (Covilhã) e membro do secretariado da Federação. A sua intervenção consistiu numa denúncia frontal e directa do sectarismo, do controleirismo, dos ataques à unidade em nome da unidade feitos pela linha reformista hegemónica no Movimento Sin-

dical. Foi, digamos, a "bomba" do Congresso que deflagrou precisamente num momento em que a sala se esvaziava e agitava devido à prática criticada na intervenção. Foi a maior ovação do congresso com grande parte dos delegados e convidados a aplaudir longamente. Por ter a sua história e os seus antecedentes reproduzidos à parte a intervenção citada bem como os motivos próximos que a ela conduziram, por parte deste camarada sem partido que integrou a lista FEPU para a Assembleia Municipal da Covilhã da qual fez parte.

Resta dizer que após esta intervenção a Mesa decidiu alargar o leque das inscrições dando a palavra a outros sindicatos.

conhece a necessidade de unificar a luta do sector com as de outros sectores bem como a indissociabilidade da luta pelo salário e pelo emprego e a ligação destas lutas à luta política em geral.

Não é sem espanto que, após várias intervenções em sentido contrário, os congressistas afectos à linha reformista se vêm a votar a favor da proposta dos Têxteis do

Sul ligeiramente alterada. Neste debate, curioso foi notar que, só porque a proposta não era de sua paternidade, os reformistas utilizaram argumentos de carácter direitista e mesmo esquerdista exactamente inversos aos que normalmente utilizam em circunstâncias diversas.

Coube aos congressistas alinhados nas posições revolucionárias defender a posição correcta de que na actual situação política e de sector só é correcta e viável uma reivindicação que tenha a capacidade de unir o maior número de trabalhadores, incluindo os quadros que neste momento são aliciados para a criação de um sindicato paralelo, lutando assim simultaneamente contra o Pacto Social e a Cisão.

As teses sobre a situação económico-social do sector eram relativamente consensuais tendo surgido propostas pontuais de adenda e melhoramento de alguns pontos à excepção de uma apresentada por 20 congressistas (afectos à UDP) sobre a aplicação das indemnizações num Fundo de Apoio à indústria que representava na realidade o aceitar dessas mesmas indemnizações.

effectivo às PME, o controlo operário, etc. tendo cada um destes pontos sofrido antes do Congresso alterações que contemplaram as críticas da linha sindical revolucionária às teses iniciais.

Do ponto de vista sindical, assume particular importância a decisão da "organização de grupos de trabalho contra o desemprego" nas diversas re-

giões, a partir do levantamento dos problemas locais, das necessidades e recursos da região, bem como a luta contra os contratos a prazo, apoio às empresas em autogestão etc. No campo das medidas imediatas a exigir ao Governo apontam-se 17 medidas que constituem um autêntico desafio ao Governo e à sua demagogia.

Na realidade, na semana anterior ao Congresso, este lançou uma ofensiva propagandística incluindo primeira página dos jornais estatizados, entrevista em directo ao Telegiornal de domingo à noite e deslocação à Covilhã durante 3 dias do secretário de Estado da Indústria, Nuno Abecassis (do CDS). Como se diz no comunicado do nosso Partido "Aos Trabalhadores dos Lanifícios, ao Povo da região da Covilhã", estes sabem muito bem duas coisas:

A primeira é de que só através da luta conseguirão obter seja o que for. O governo pretende adomecer os trabalhadores da Covilhã com promessas através dum tal "Pacto Social" enquanto o próprio secretário do Estado (do CDS) incita os patrões a organizarem-se. Porém de promessas estão os trabalhadores fartos e vê-se agora o que é feito das promessas do Dr. Soares nas campanhas eleitorais, chegando ao cúmulo de querer congelar o Socialismo que aponta a Constituição.

(por imposição do FMI), aniquila as Pequenas e Médias empresas que não podem pagar juros tão elevados e, ao desvalorizar o escudo, encarece as matérias-primas sem qualquer contrapartida para as Pequenas e Médias empresas que produzem sobretudo no mercado interno. Como sobe o custo de vida também este mercado diminui agravando a situação.

Assim fica desmarcada a demagogia e as promessas do Governo! Porém os trabalhadores da Covilhã não se limitando a desmontar a falsa alternativa do Governo, elaboraram uma resposta aprovada em Assembleia Geral do Sindicato da Covilhã e depois no Congresso, proposta esta integralmente apoiada pela Corrente Sindical Revolucionária que esteve na sua origem.

Nesta importante resolução caracteriza-se a actual situação na zona da Covilhã, demonstra-se que as "soluções" apresentadas pelo Governo são inaceitáveis por não resolverem os problemas dos trabalhadores e da maioria das empresas antes contribuindo para o seu agravamento, são reafirmados os princípios que se batem os trabalhadores, nomeadamente "a reconversão e a diversificação de actividades que tem de ser feita sem

desemprego pelo que é inaceitável a eliminação de postos de trabalho antes da criação de outras alternativas" e termina apontando a acção imediata a desenvolver pelo sindicato e a Federação e 11 medidas imediatas a exigir do Governo (garantia de emprego, projectos concretos de investimento do sector público, apoio técnico e financeiro às pequenas e médias empresas, controlo operário, etc.).

Assim fica desmarcada a demagogia e as promessas do Governo! Porém os trabalhadores da Covilhã não se limitando a desmontar a falsa alternativa do Governo, elaboraram uma resposta aprovada em Assembleia Geral do Sindicato da Covilhã e depois no Congresso, proposta esta integralmente apoiada pela Corrente Sindical Revolucionária que esteve na sua origem.

Nesta importante resolução caracteriza-se a actual situação na zona da Covilhã, demonstra-se que as "soluções" apresentadas pelo Governo são inaceitáveis por não resolverem os problemas dos trabalhadores e da maioria das empresas antes contribuindo para o seu agravamento, são reafirmados os princípios que se batem os trabalhadores, nomeadamente "a reconversão e a diversificação de actividades que tem de ser feita sem

desemprego pelo que é inaceitável a eliminação de postos de trabalho antes da criação de outras alternativas" e termina apontando a acção imediata a desenvolver pelo sindicato e a Federação e 11 medidas imediatas a exigir do Governo (garantia de emprego, projectos concretos de investimento do sector público, apoio técnico e financeiro às pequenas e médias empresas, controlo operário, etc.).

Assim fica desmarcada a demagogia e as promessas do Governo! Porém os trabalhadores da Covilhã não se limitando a desmontar a falsa alternativa do Governo, elaboraram uma resposta aprovada em Assembleia Geral do Sindicato da Covilhã e depois no Congresso, proposta esta integralmente apoiada pela Corrente Sindical Revolucionária que esteve na sua origem.

lhadores, preenchendo o vazio por vezes existente entre estes e as direcções, pois o sindicato não é apenas a Direcção e a sede.

Os aspectos das fusões, verticalização e relações com as CTs, são também abordados correctamente.

Na realidade é necessário ter a coragem de transformar as estruturas sindicais herdadas do fascismo e de defender a organização sindical dos ataques dos inimigos de classe, pois como se diz nas teses aprovadas: "cindir o movimento sindical é uma necessidade das forças políticas e sociais que pretendem criar os ditos parceiros sociais de escassa ou nula representatividade para fazer passar a sua política desastrosa para os trabalhadores correspondendo às exigências dos patrões e do imperialismo".

Uma síntese das reivindicações fundamentais formuladas no Plano de Acção foi feita no Caderno Reivindicativo aprovado no que respeita às três questões principais (emprego, salários e defesa das liberdades sindicais).

Nele se coloca o desemprego como principal problema

dos trabalhadores têxteis, se denuncia a política ao serviço do imperialismo imposta pelo FMI e a recuperação capitalista.

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

lhadores, preenchendo o vazio por vezes existente entre estes e as direcções, pois o sindicato não é apenas a Direcção e a sede.

Os aspectos das fusões, verticalização e relações com as CTs, são também abordados correctamente.

Na realidade é necessário ter a coragem de transformar as estruturas sindicais herdadas do fascismo e de defender a organização sindical dos ataques dos inimigos de classe, pois como se diz nas teses aprovadas: "cindir o movimento sindical é uma necessidade das forças políticas e sociais que pretendem criar os ditos parceiros sociais de escassa ou nula representatividade para fazer passar a sua política desastrosa para os trabalhadores correspondendo às exigências dos patrões e do imperialismo".

Uma síntese das reivindicações fundamentais formuladas no Plano de Acção foi feita no Caderno Reivindicativo aprovado no que respeita às três questões principais (emprego, salários e defesa das liberdades sindicais).

Nele se coloca o desemprego como principal problema

dos trabalhadores têxteis, se denuncia a política ao serviço do imperialismo imposta pelo FMI e a recuperação capitalista.

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

lhadores, preenchendo o vazio por vezes existente entre estes e as direcções, pois o sindicato não é apenas a Direcção e a sede.

Os aspectos das fusões, verticalização e relações com as CTs, são também abordados correctamente.

Na realidade é necessário ter a coragem de transformar as estruturas sindicais herdadas do fascismo e de defender a organização sindical dos ataques dos inimigos de classe, pois como se diz nas teses aprovadas: "cindir o movimento sindical é uma necessidade das forças políticas e sociais que pretendem criar os ditos parceiros sociais de escassa ou nula representatividade para fazer passar a sua política desastrosa para os trabalhadores correspondendo às exigências dos patrões e do imperialismo".

Uma síntese das reivindicações fundamentais formuladas no Plano de Acção foi feita no Caderno Reivindicativo aprovado no que respeita às três questões principais (emprego, salários e defesa das liberdades sindicais).

Nele se coloca o desemprego como principal problema

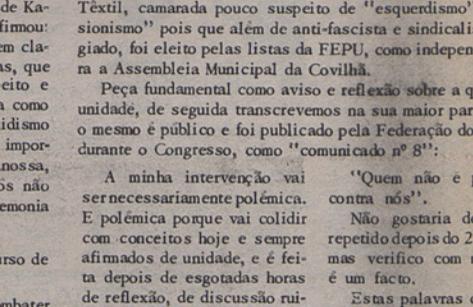
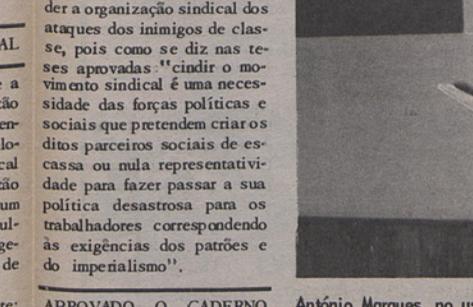
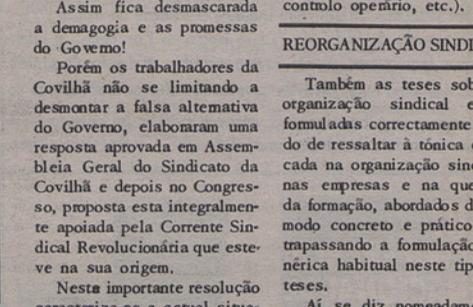
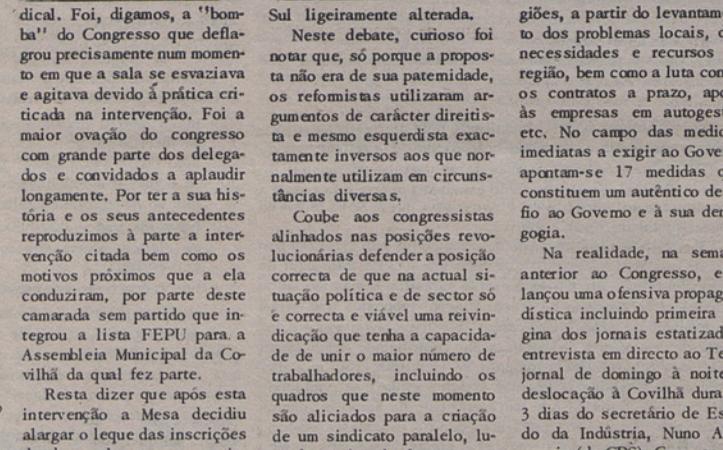
dos trabalhadores têxteis, se denuncia a política ao serviço do imperialismo imposta pelo FMI e a recuperação capitalista.

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".

Nele se consagrou correctamente os dois aspectos centrais e indissociáveis da luta dos trabalhadores têxteis e movimento sindical".



## A QUESTÃO DA UNIDADE EM FOCO

A questão da unidade, já abordada no sábado de manhã a propósito da alteração aos estatutos, voltaria à baila da parte da tarde na discussão na generalidade do Plano de Acção. Na verdade, mais uma vez o sectarismo dos reformistas veio ao de cima quando fizeram reprovar pelo plenário a proposta da mesa de orientar as inscrições por um certo equilíbrio, por sindicato. Em consequência, após a sétima intervenção consecutiva do Sindicato Têxtil do Porto o ambiente entre os congressis-

estragos que o sectarismo estava causando as cúpulas reformistas apareceram mais "unitárias". É assim que acabam por aceitar a proposta de um aumento igual para todos, apresentada pelos Têxteis do Sul e apoiada pela Corrente Sindical Revolucionária. E também a introdução dum ponto no Caderno Reivindicativo dos Trabalha-

## A QUESTÃO DA PROPOSTA DE "1500\$00 PARA TODOS" DOS TÊXTEIS DO SUL

No domingo, e certamente após alguma meditação dos estragos que o sectarismo estava causando as cúpulas reformistas apareceram mais "unitárias". É assim que acabam por aceitar a proposta de um aumento igual para todos, apresentada pelos Têxteis do Sul e apoiada pela Corrente Sindical Revolucionária. E também a introdução dum ponto no Caderno Reivindicativo dos Trabalha-

estragos que o sectarismo estava causando as cúpulas reformistas apareceram mais "unitárias". É assim que acabam por aceitar a proposta de um aumento igual para todos, apresentada pelos Têxteis do Sul e apoiada pela Corrente Sindical Revolucionária. E também a introdução dum ponto no Caderno Reivindicativo dos Trabalha-

## A RECONVERSÃO DO SECTOR, AS MANOBRAS DO GOVERNO E O CASO DA COVILHÃ

As teses sobre a situação económico-social do sector eram relativamente consensuais tendo surgido propostas pontuais de adenda e melhoramento de alguns pontos à excepção de uma apresentada por 20 congressistas (afectos à UDP) sobre a aplicação das indemnizações num Fundo de Apoio à indústria que representava na realidade o aceitar dessas mesmas indemnizações.

Ficaram assim consagrados os pontos fundamentais a que na perspectiva dos trabalhadores deve obedecer qualquer reconversão, o primeiro dos quais é a defesa do emprego - não claramente expresso nas teses iniciais - e outros pontos importantes como o aproveitamento integral dos recursos nacionais, o apoio

## REORGANIZAÇÃO SINDICAL

Também as teses sobre a organização sindical estão formuladas correctamente sendo de ressaltar a tónica colocada na organização sindical na formação, abordados de um modo concreto e prático, ultrapassando a formulação genérica habitual neste tipo de teses.

Assim fica desmarcada a demagogia e as promessas do Governo! Porém os trabalhadores da Covilhã não se limitando a desmontar a falsa alternativa do Governo, elaboraram uma resposta aprovada em Assembleia Geral do Sindicato da Covilhã e depois no Congresso, proposta esta integralmente apoiada pela Corrente Sindical Revolucionária que esteve na sua origem.

## APROVADO O CADERNO REIVINDICATIVO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS

Uma síntese das reivindicações fundamentais formuladas no Plano de Acção foi feita no Caderno Reivindicativo aprovado no que respeita às três questões principais (emprego, salários e defesa das liberdades sindicais).

Nele se coloca o desemprego como principal problema

## ENTREVISTA COM ANTÓNIO MARQUES (Secretariado da Federação)

TRANSFORMAR AS CONCLUSÕES NUM INSTRUMENTO DE LUTA

## PP-O que pensas sobre as conclusões do Congresso?

A. MARQUES - Penso que são correctas no geral e que exprimem dum modo positivo aquilo que temos aprendido através da nossa prática sindical, tendo havido um grande esforço de unidade para se chegar a um consenso pelo que foi possível, quanto ao Plano de Acção e ao Caderno Reivindicativo chegar quase a uma unanimidade.

## PP-Quais as impressões gerais que te deixou este II Congresso?

A. MARQUES - O II Congresso como já o haviam sido o Encontro de Ofir em 75 e o I Congresso de 76 foi uma saudável expressão da vitalidade e capacidade dos Trabalhadores Têxteis para discutir, democraticamente, os problemas que os afectam. O Encontro de Ofir em 75 representou uma resposta revolucionária e alternativa à crise de poder da burguesia nessa altura que os patrões do Norte, o Rabaça e outros combatiam violentamente (e mau seria se assim não fosse). O I Congresso em Março de 76 representou sobretudo uma vitória da unidade com a fusão das 2 antigas Federações e uma derrota de certas posições sectárias tendo sido realizado numa época dolorosa para os trabalhadores devido ao refluxo do movimento de massas a seguir ao golpe reaccionário de 25 de Novembro.

## PP-Destacas alguns pontos mais importantes?

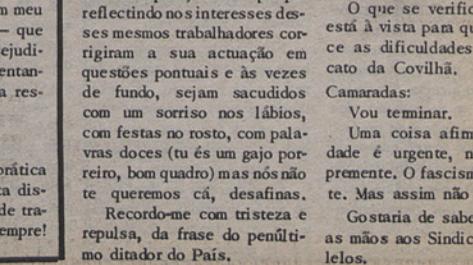
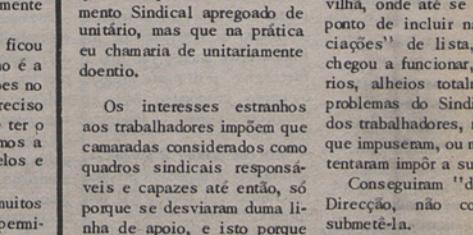
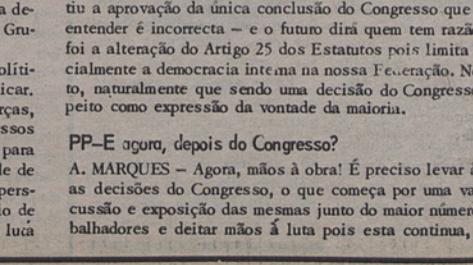
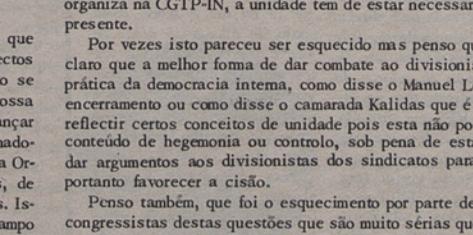
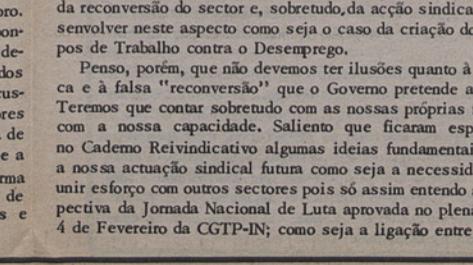
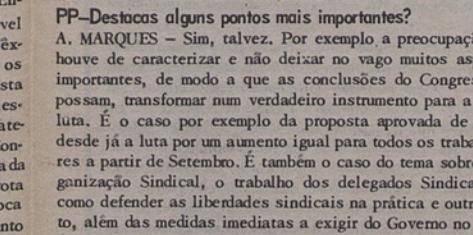
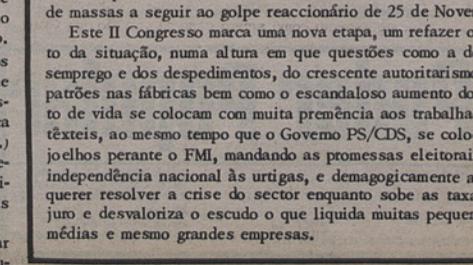
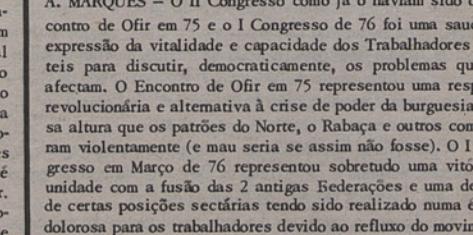
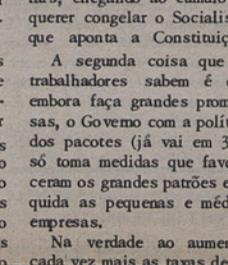
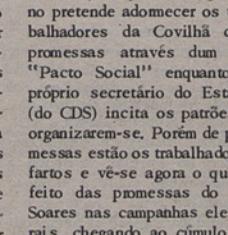
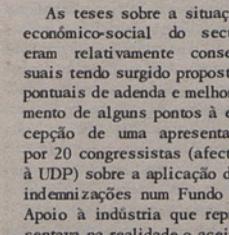
A. MARQUES - Sim, talvez. Por exemplo, a preocupação que houve de caracterizar e não deixar no vago muitos aspectos importantes, de modo a que as conclusões do Congresso se pousam, transformar num verdadeiro instrumento para a nossa luta. É o caso por exemplo da proposta aprovada de lançar desde já a luta por um aumento igual para todos os trabalhadores a partir de Setembro. É também o caso do tema sobre a Organização Sindical, o trabalho dos delegados Sindicais, de como defender as liberdades sindicais na prática e outros. Isto, além das medidas imediatas a exigir do Governo no campo da reconversão do sector e, sobretudo, da acção sindical a desenvolver neste aspecto como seja o caso da criação dos Grupos de Trabalho contra o Desemprego.

## PP-A unidade foi uma questão em foco?

A. MARQUES - Sim quando se confrontam posições diferentes, embora todos apoiemos o movimento sindical unitário que se organiza na CGTP-IN, a unidade tem de estar necessariamente presente.

## PP-E agora, depois do Congresso?

A. MARQUES - Agora, mãos à obra! É preciso levar à prática as decisões do Congresso, o que começa por uma vasta discussão e exposição das mesmas junto do maior número de trabalhadores e deitar mãos à luta pois esta continua, sempre!



## ESCOLA PREPARATÓRIA VISCONDE JUROMENHA DO AUTORITARISMO À ARBITRARIEDADE

A escola Visconde Juro-menha, entre outros proble-mas, tinha nos últimos tem-pos debaixo de dois de excep-cional gravidade:

1. Situada num local emmo e sem qualquer vigilância duran-te a noite, foi assalada vinte vezes, tendo os últimos assal-tos sido efectuados num curto espaço de tempo. Sucessiva-mente alertado, o MEC nenhu-mas medidas tomou para garan-tir a segurança da escola.

2. O conselho directivo desde há muito que vinha assumindo posições cada vez mais auto-ritárias, além de dar provas de incompetência e de falta de idoneidade moral para o de-sempenho do cargo. O Con-selho Directivo reconhece o seu isolamento e pede a exonera-ção alegando a hostilidade de grande número de trabalhado-res da escola (professores e empregados) e também "falta de apoio do MEC". Mas o C.D. para levar o autoritarismo ao extremo, ao pedir a exonera-ção pede um gestor para a es-cola à margem dos trabalhado-

res e da legalidade relativa à gestão das escolas.

Então, veio o "apoio" do MEC ao C.D.: o MEC exonera o C.D. e à margem da legali-dade por ele decretada nomeia um "encarregado de direc-ção" (não deixa de ser curio-so que entre os assessores do gestor haja elementos do C.D.



exonerado). Este senhor es-colhido para gestor para além de usar porta-chaves com a efígie de Salazar e Caetano, não tem pejo em se declarar "fascista e com muita honra".

Penante esta situação de ilegalidade, agravada pela

pessoa do gestor, os profes-sores e empregados, exigiram a reposição da legalidade de-mocrática. Sem qualquer base legal para as medidas toma-das, o MEC leva ao extremo a arbitrariedade recorrendo à le-gislação fascista para impor a escola do 24 de Abril:

O MEC faz dois despachos respectivamente de 26 de Abril e 4 de Maio mas que são conhecidos simultaneamente a 15 de Maio: no primeiro re-ferendo um decreto-lei de 1968 desliga do serviço todos os professores provisórios (mais de 70 num total de pouco mais de 90 professores da escola) sem qualquer fundamentação; no segundo passa a desvincu-lação para suspensão de activi-dade sem vencimento também sem qualquer fundamentação, omitindo (pudicamente?) qual-quer referência ao estatuto fascista do funcionalismo pú-blico de 1943 onde se consa-gra tal arbitrariedade. De re-ferir que à maioria dos profes-sores efectivos e agregados sempre solidários e activos com os seus colegas provisó-

rios não foi aplicada a mesma arbitrariedade porque a própria legislação fascista o não per-mite.

O MEC, a menos de um mês do final do ano lectivo e numa medida altamente "pedagógi-ca", substitui os professores suspensos por "professores" novos, não tendo a maioria deles nunca leccionado e não tendo alguns habilitação própria O MEC leva assim às escolas não só a arbitrariedade mas também a total degradação pe-dagógica, procurando impôr o seu projecto autoritário e re-pressivo que visa, entre ou-tras coisas, eliminar das esco-las a gestão democrática.

Como justamente afirma a direcção do sindicato dos professores da Grande Lisboa, o ataque aos professores da Visconde Juro-menha é um ataque a todos os professores, a toda a classe e como tal deve ser entendido e ter a devida resposta. A unidade dos profes-sores em torno do seu sin-dicato é fundamental para fazer frente à política represiva do MEC, para combater as forças cisionistas (a que estão ligados elementos do C.D. exonerado). A greve geral impõe-se como forma de luta para travar a escalada repressiva do MEC.



## TRABALHADORES EM LUTA!

### FIACÇÃO DE TORRES NOVAS radicalização da luta

Os trabalhadores da Fiação de Torres Novas continuam a lutar pela satisfação do seu caderno reivindicativo. De- pois de três semanas de paralisações parciais os operários reuniram-se em plenário e decidiram prosseguir o seu com-bate. Até final do mês terão lutar novas paralisações e, nos princípios de Junho, se entretendo o patronato conti-nuar a não aceitar as exigências dos trabalhadores, haverá novo plenário para decidir sobre a radicalização da luta.

As questões fundamentais do caderno reivindicativo di-zem respeito ao pagamento de um subsídio especial de tur-no, ao direito a salário nos 3 primeiros dias de baixa médi-ca, assistência ao agregado familiar em caso de doença e um aumento geral de 1.500\$00 para cada trabalhador, inde-pendentemente das suas funções.



### MANUFACTURAS ERBIS vitória sobre despedimento

O patrão da fábrica de botões "Manufacturas Erbis - de S. João da Madeira - tentou fazer um despedimento delectivo de 22 trabalhadores. Dizia ele que a empresa só dava prejuízo, que não havia encomendas nem mercado e que as despesas eram muitas. No entanto esquecia-se de falar no não cumprimento do CCT, na sua falta de interesse na pro-cura de mercados e nos constantes ataques aos trabalhado-res, como se eles fossem os culpados da sua má adminis-tração.

Os trabalhadores, unidos na defesa dos seus postos de trabalho e organizados à volta do seu Sindicato, lutaram com todas as suas forças para tentarem provar às entidades competentes a falta de base para o despedimento. A vitória foi a própria Secretaria do Estado da População e Em-prego ter reconhecido a justeza das posições dos trabalhadores, proibindo, por isso, os despedimentos.

Entretanto, e curiosamente, enquanto o patrão da Erbis diz que a indústria está em crise, aparece um outro patrão do sector que pretende comprar a fábrica afirmando que "não tem mãos a medir para as encomendas". Mas afinal em que ficamos?

### A. HENRIQUES reivindicações satisfeitas

Os trabalhadores da firma A. Henriques de S. João da Madeira estiveram em luta durante 3 semanas, em defesa de um caderno reivindicativo e viram-no satisfeito na sua maior parte.

O patrão dizia que não tinha dinheiro para pagar retroac-tivos nem para fazer as justas reclassificações, recusando-se também a pagar as horas dos plenários. No entanto, já tinha dinheiro para admitir um "encarregado geral" a gan-har 17.500\$00, para aumentar um encarregado de 12.000\$00 para 17.000\$00 e para dar mais 950\$00 a um chefe.

Perante isto os trabalhadores entraram em greve e não recuaram durante três semanas. Lentamente, o patrão co-meçou a ceder: as horas dos plenários serão pagas; as re-classificações vão ser feitas; as irregularidades nas faltas vão ser corrigidas e todos os trabalhadores receberam um aumento de 500\$00, acrescido de mais 250\$00 em Novem-bro.

Esta luta dos trabalhadores da A. Henriques não foi apenas uma questão de dinheiros, pois se assim fosse teria sido ganha há mais tempo. O que aconteceu foi que o patrão não queria aumentar os chapeleiros, mas apenas os químicos e metalúrgicos. Foi a unidade da classe, a soli-dariedade entre todos os operários que transformou a luta numa vitória. Como bem diziam os camaradas da A. Henri-ques, no seu cartaz do 1º de Maio, "A vitória está na nos-sa unidade, organização e luta".

## A INFORMAÇÃO AMORDAÇADA CADA VEZ MAIS CENSURA

Muitas pessoas que leram o Projecto de Bases Gerais da Política de Informação com-entam: mais um documento que não passa de declaração de "boas intenções"; pura ilusão - na realidade, o pro-jecto consagra claramente o violento ataque a uma das mais importantes liberdades conquistadas pelos trabalhado-res após o 25 de Abril: a liberdade de Informação e o fim da censura.

Por outro lado, há também muitos trabalhadores que, lendo o projecto e tomando consci-ência do seu significado, afirmam: "lá vamos ter outra vez a censura, lá vão os tra-balhadores perder o direito de divulgar as suas opiniões e lutas; nova ilusão - pois a censura já existe; na prática, a repressão sobre a liberdade de expressão já é uma realida-de!"

O projecto da Secretaria de Estado da Comunicação Social vem apenas consagrar uma si-tuação de facto.

Vejamos como o projecto de Bases Gerais vem reforçar e dar cobertura legal à repres-são generalizada sobre a In-formação:

A primeira parte fala da re-lação entre os órgãos de co-municação e os tribunais, e da gestão e direcção daqueles or-gãos. Aqui, entre outros as-pectos, há que notar que esta gestão não será democrática (por eleição directa dos tra-balhadores), a orientação dos meios de comunicação do Es-tado passará a ser garantida pelos Conselhos de Informação - que são manipularmentos constituídos por representa-tes da Assembleia da Repú-blica, proporcionalmente ao

número de deputados; por ou-tras palavras, a RTP, a RDP e 7 dos jornais de grande ex-pansão de Lisboa e Porto pas-sam a ser directa e "pluralis-ticamente" controlados pela maioria governamental PS/CDS. Quanto à imprensa fas-cista, o Projecto esqueceu-se da sua existência.

Mas isto é apenas o preâmbulo. Na segunda parte do Projecto, temos as notícias devem ser confirmadas "por fontes "idóneas" não podem "ofender a moral pública, a reputação dos cidadãos", etc. Mas quem são as fontes idó-neas? - O Governo (como é o caso da ANOP (1)) ou a maioria parlamentar (o que vai dar ao mesmo), ou ainda outros órgãos competentes e mais ou menos pidescos que venham a ser criados (co-mo explicou o senhor primeiro ministro no seu discurso).

Mas não é tudo. Se a 1 e II partes do Projecto defendem o enterro da liberdade de In-formação no campo jurídico e ideológico, a III parte fornece o apoio económico àquelas intenções. Como? O Projecto explica: - pela concessão de subsídios avultados, à imprensa privada (incluindo "A Rua", "O Re-tornado", etc.); - saldando as dívidas das em-presas privadas, etc.

Finalmente, para que não haja oposição dos trabalhado-res a este Projecto, os traba-lhadores mais conscientes po-dem ser despedidos, conside-rados "excedentários", etc., tudo isto legalmente...

As situações de desempre-go serão mantidas, os contratos a prazo também (como forma de manter o terror do de-

semprego). E continuará a não haver dinheiro para pagar aos trabalhadores de "O Seculo", do "Jornal do Comércio" e da Regimprensa, há 9 meses sem salário, porque esses mimos (dinheiro e indemnizações) são destinados apenas aos patrões, latifundiários, pides e toda a sorte de exploradores.

Mas como lutar contra os ataques à liberdade de In-formação? Ou iremos nós assis-tir impávidos à destruição desta conquista do movimen-to popular?

A luta contra a repressão na Informação para ser vitoriosa tem que inserir-se no movi-mento geral de resistência po-pular activa contra o autorita-rismo burguês e as medidas reacçãoárias do Governo. E isto de duas formas:

- 1) Primeiro, é necessário ligar aquela luta à luta económica dos trabalhadores da imprensa estatizada pelo direito ao trabalho e ao salário, pela aplicação dos CCTs, etc. É preciso ligá-la ao reforço da unidade sindical, que se ob-tem, como o MES tem afirmado, na luta contra o divisionismo, pela organização e democracia sindicais. Nesta via de luta, grande é a responsabilidade do Secretariado dos Trabalhadores da Comunicação Social estatizada e da CGTP, que devem unificar a luta de todos os trabalhadores, dando-lhe um conteúdo comum bem claro.
- 2) Em segundo lugar e ne-cessário criar uma frente de luta pela liberdade de infor-mação que mostre que os tra-balhadores do sector, e em espe-cial os jornalistas revolucio-nários e democratas, não estão dispostos a ver regres-

sar a "tesoura" do antes do 25 de Abril. Uma frente de lu-ta pelas liberdades políticas e de informação que una os mais largos sectores dentro e fora da Comunicação Social.

(1) Hoje em dia, por exemplo, se uma CT entregar um co-municado sobre a sua luta e opi-niões na ANOP (agência oficial de notícias), a notícia só será divulgada se alguma se-cretaria do Governo a autori-zar.

### MOSCAVIDE ENCONTROS DE FORMAÇÃO SINDICAL

Vão realizar-se durante o mês de Junho organizado pelo Comité local de Moscavide um conjunto de sessões de formação sindical.

A primeira sessão realiza-se já no dia 2 tendo como ponto de discussão a lei da Greve sendo apoiada por textos alusivos à história do movimento grevista português e aos conceitos científicos de força de trabalho, salário e mais valia.

Nas outras três sessões abordar-se-ão temas como a lei dos despedimentos, a lei sindical e o pacto social sendo de igual modo apoiadas por textos relativos as diversas questões em causa.

Estas sessões destinadas a camaradas do Partido e sim-patizantes com actividade sin-dical tem por fim proporcionar ao conjunto dos camaradas melhores armas para o desen-volvimento da sua acção na luta de massas no dia-a-dia.

MES E MC EM REUNIÃO DE TRABALHO (LISBOA)

# UM NOVO CAMPO DE COOPERAÇÃO FOI ABERTO ENTRE OS DOIS PARTIDOS

CONTINUAÇÃO DA PÁG.1

La como ca assiste-se a uma política de recuperação capitalista, de limitação das liberdades democráticas. La como ca o sentido das transformações económicas, políticas e sociais foi invertido. La como ca os revolucionários enfrentam problemas muito semelhantes quer do ponto de vista do movimento operário, quer do ponto de vista das grandes questões que se colocam à evolução de Portugal e do Estado Espanhol (ingerência imperialista, pedido de adesão ao mercado comum, tentativa de utilização do pacto social como instrumento de pacificação da luta popular.)

A troca de experiências e o debate realizados incidiram sobre a situação política global e a resposta táctica dos revolucionários, o que mais uma vez serviu para mostrar uma posição comum dos dois partidos assente na perspectiva da resistência e do acumular de forças no campo popular e revolucionário, nu-

ma firme posição face às ilusórias alternativas apresentadas pelo reformismo — na situação actual os trabalhadores e a esquerda não estão em condições de apresentar alternativas de poder — e aos desvios radicalistas e esquerdistas que apenas contribuem para isolar os revolucionários das massas populares.

As questões de organização e do trabalho foram abordadas em separado propiciando frutuosa troca de informações, experiências e tácticas políticas. O facto de terem sido escolhidas para esta primeira reunião de trabalho, mostra bem que, como partidos revolucionários que são, o MES e o MC dão toda a importância à ligação às massas e à organização partidária como pilares duma correcta prática. Em Outubro, desta vez em Madrid realizar-se-á nova reunião de trabalho entre delegações do CC do MES e do Comité Federal do MC.

ENTREVISTA COM EUGÉNIO DEL RIO (Secretário Geral do MC)

## A SITUAÇÃO EM ESPANHA

Eugenio del Rio, secretário geral da organização espanhola "Movimiento Comunista" (MC) deslocou-se recentemente a Lisboa à frente de uma delegação para um encontro de trabalho com o MES. Aproveitando esta estadia entre nós, "Poder Popular" entrevistou aquele dirigente político, colocando-lhe três questões de carácter genérico, capazes de conduzir a uma melhor compreensão do actual momento vivido em Espanha e das tarefas que se colocam aos revolucionários.

que se converte na mais importante força da esquerda".

muito mais complexa.

"Para o MC — continua Eugenio Del Rio — e de acordo com as conclusões do nosso II Congresso, temos como aspectos fundamentais da nossa actuação o trabalho a nível sindical, de bairro e de fábrica. A nossa acção tem como objectivo a continuação das transformações democráticas e empenhar-nos-emos numa política de resistência activa no terreno social e económico frente à política de austeridade do Governo e frente ao pacto de la Moncloa.

"Para fazer avançar a luta de massas propomos a unidade e luta com a esquerda reformista, com base em acordos programáticos positivos, sem concessões no tocante aos princípios revolucionários.

Defendemos também a unificação dos movimentos de massas, de cada grupo social e de cada sector do povo trabalhador. So assim e possível defender as condições de vida dos trabalhadores e unificar a sua luta contra a exploração capitalista."

A concluir, Eugenio Del Rio focou ainda a questão da luta pelo poder político, uma vez conjurado o perigo fascista:

— O MC entende que — um problema básico da luta revolucionária reside na acumulação de poder político por parte das forças populares. Por outro lado, a edificação de um poder político popular, paralelo ao da burguesia, deve assentar, ao mesmo tempo, dentro e fora do aparelho estatal da burguesia. Ainda neste campo e no sistema democrático burguês, o trabalho democrático de acumulação de forças exige necessariamente a combinação de formas de luta legais e institucionais e formas de luta ilegais e não institucionais, não admitidas pela democracia burguesa".

TAREFA DOS REVOLUCIONÁRIOS

Novamente a falar sobre a actual situação política espanhola, o secretário geral do MC pronunciou-se sobre a actuação das forças reformistas e as tarefas que se colocam às organizações revolucionárias:

— As forças reformistas estão a procurar as transformações com base em compromissos. Neste sentido, os reformistas, nomeadamente o PCE pretendem que todas as decisões a nível do Poder sejam tomadas por consenso em tomo da maioria real, o que da imediatamente lugar a concessões muito importantes a direita, pois é ela que detem a maioria. Objectivamente, esta actuação dos reformistas reforça a direita, uma vez que e com o seu benelapito que aquela actua, ao mesmo tempo que enfraquece o movimento popular agora mais confuso quanto à definição do inimigo.



"No que respeita às forças revolucionárias, após três anos de ascenso do movimento revolucionário, a evolução da situação política registou um refluxo. Antigamente lutava-se contra um inimigo mais fácil de definir: o fascismo. Agora o inimigo é uma figura



O povo da Argentina vencerá!

O CALPAL (Comité de Apoio às lutas dos Povos da América Latina), constituído com vista a criar condições para que o povo português se solidarize e apoie as lutas dos povos latino-americanos contra o fascismo e o imperialismo, vai promover por todo o país uma larga campanha de denúncia do aproveitamento político do mundial de futebol pela ditadura argentina.

No âmbito desta campanha, de apoio à luta do povo argentino e contra a ditadura militar fascista de Videla, destacamos a realização de um comício no dia 15 de Junho no C.A.C.O., às 21 horas (com a presença de resistentes argentinos convidados) e, ainda, conferências, colóquios e sessões diversas, de âmbito mais restrito, em estabelecimentos de ensino, sindicatos, comissões de moradores, sociedades de cultura e recreio, etc.

Como base para esta realização o CALPAL lançou em conferência de imprensa no passado dia 30 de Maio um manifesto que a seguir transcrevemos parcialmente:

"A Argentina foi o país escolhido para, durante o mês de Junho, servir de palco ao campeonato mundial de futebol.

A Argentina é hoje o país onde se exerce uma das mais ferozes ditaduras fascistas do nosso tempo: 15 a 20.000 desaparecidos, 5.000 mortos e 8.000 presos políticos, além dos 500.000 a 600.000 argentinos obrigados a fugir do país (segundo dados fornecidos em 1977 pela Amnesty International); intensa repressão sobre as actividades sindicais; censura aos órgãos de informação; proibição de partidos políticos e sindicatos; feroz exploração sobre os trabalhadores; — esta a trágica situação que a Junta Militar argentina do general Videla pode apresentar à opinião pública mundial, quando a 1 de Junho, entre campos de concentração, num país transformado em prisão, se iniciar o campeonato mundial de futebol.

(...) Impõe-se, pois, a opinião pública mundial, às forças progressistas e antifascistas de todo o mundo, a realização de uma ampla campanha de solidariedade com o povo da Argentina e contra o aproveitamento que o regime pretende fazer do mundial de futebol. O CALPAL desenvolverá todas as iniciativas visando a colaboração com as acções que a nível internacional se realizem, quer sejam de denúncia e/ou boicote ao mundial na Argentina."

NÃO AO FUTEBOL ENTRE CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO!

APOIO À LUTA DO POVO ARGENTINO, CONTRA A DITADURA MILITAR FASCISTA!

## LUTA ESTUDANTIL

NOVAS VITÓRIAS DA ESQUERDA E DOS REVOLUCIONÁRIOS — MEDICINA DE LISBOA, BEJA, O. AZEMÉIS, GUIMARÃES E MINHO.

O período eleitoral para as estruturas associativas que agora se iniciou tem sido dominado pelo reforço das posições progressistas e revolucionárias contra a direita estudantil.

Nas recentes eleições para a AE de Medicina de Lisboa sagrou-se vitoriosa uma lista de unidade revolucionária (apoiada pelo MES) que obteve 500 votos contra 425 da direita e pouco mais de 100 da UEC. Ganham, assim, peso nesta importante escola universitária as posições de combate consequente a Cardia que, ja nas votações sobre os estatutos associativos, haviam obtido a maioria do apoio estudantil contra a criação dos "parlamentos associativos" (proposta da JSD).

Importante vitória de unidade anti-fascista representou a conquista da AE do liceu de Beja, anteriormente dominada pela JC. A actual direcção obteve o apoio de sectores desde a JS ate ao MES.

Igualmente na Universidade do Minho, Magisterio de Guimarães e Escola Secundária de Oliveira de Azeméis as respectivas direcções associativas foram ganhas por listas progressistas. De notar que nestes últimos casos tal representou a derrota das anteriores direcções reaccionárias.



O secretário geral do MC começou por caracterizar a actual situação política da vizinha Espanha:

—Neste momento atravessamos um período que poderemos chamar de estacionário. O processo de transformações políticas iniciado a partir do Verão de 1975 encontra-se parado. Temos um regime parlamentar em que coexistem numerosos aspectos do fascismo com os rasgos típicos das democracias burguesas. Em certos aspectos trata-se mesmo de uma situação comparável à que se vive em Portugal, ainda que numa fase mais recuada.

"Em Espanha — prossegue Eugenio del Rio — as forças de direita também começaram já a tentar recuperar os privilégios que ao longo de dois anos o movimento popular lhes soube conquistar. Neste sentido, pode-se dizer que o impasse que caracteriza a situação política tem já certos aspectos de retrocesso, de recuperação da burguesia".

A título de exemplo o dirigente do MC referiu alguns casos "significativos".

—É visível, por toda a parte, o aumento da repressão. A presença da polícia faz-se sentir mais intensamente. Por outro lado, no campo económico, os problemas agravam-se e os trabalhadores veem reduzido o seu poder de compra, enquanto o desemprego aumenta ultrapassando já um milhão e 200 mil, pois os patrões disfrutam de facilidades cada vez maiores. Os grupos armados fascistas, por seu turno, passaram a actuar com complacência das entidades responsáveis, muito mais preocupadas com as actividades da esquerda que pretendem vir a incluir no âmbito do projecto de lei sobre "terrorismo". E tudo isto acompanhado pelas muitas correcções libertárias que estão a ser introduzidas ao diploma constitucional cujo

projecto original apresenta aspectos progressistas.

DOIS ANOS DE AVANÇO POPULAR

Recuando a meados de 75, mais concretamente ao período de maior abertura política que se seguiu à morte do ditador Franco (em Novembro desse ano) Eugenio Del Rio analisou brevemente os dois anos de avanço popular vividos em Espanha:

—Durante um ano e tal (oficialmente até a Primavera de 77) toda a esquerda, maioritariamente reformista (PCE, PSOE e PSP), ainda que com forças revolucionárias, esteve unida em torno de um programa de coordenação democrática que visava a abertura de um processo constituinte com dois elementos característicos: uma fase democrática e a realização de eleições para o parlamento constituinte.

"Assistiu-se neste período ao maior avanço popular e as grandes conquistas dos trabalhadores. Mas na Primavera de 77, pondo termo a uma prática repleta de fugas e algumas traições, rompe-se a unidade de esquerda. Enquanto as organizações não reformistas prosseguem dentro das suas possibilidades a política de apoio ao movimento popular e de não pactuação com as forças governamentais, os reformistas iniciam negociações directas com o governo.

"É assim que o Governo concluiu uma plataforma com a oposição reformista para a legalização do PCE e a convocação de eleições gerais para Junho de 77. No campo da burguesia, a vitória da União do Centro Democrático (UCD) de Suarez nas eleições não espantou ninguém. Reforça-se assim um partido nitidamente franquista ainda que com algumas transformações, e assiste-se ao ascenso do PSOE

# SITUAÇÃO MILITAR

## "Justiça" ao serviço da hierarquia reaccionária...

Começam no passado dia 22 no 3º Tribunal Militar Territorial as audiências de julgamento de cinco militares, participantes activos no Processo Revolucionário iniciado a 25 de Abril, acusados de terem responsabilidades no extravio de armas.

Os vários reus são acusados por factos diversos, tendo todos eles prestado serviço no SDCl (edifício da R. Castilho).

O soldado Ramos Lopes e acusado por lhe ter desaparecido uma arma do cacofo onde era habitual as praças deixarem as armas quando iam para casa. Note-se que o desaparecimento foi oportunamente comunicado ao oficial de segurança.

Já muito mais complicada é a acusação sobre o capitão da Força Aérea Ramos Ferreira. É acusado de extravio de 4 pistolas, na sequência de uma distribuição de armas por ele feita a pessoal militar como oficial de dia, na manhã de 11 de Março. De notar que Spínola e os outros responsáveis pelo 11 de Março continuam por julgar. Eles que bombardearam, mataram e fugiram para o estrangeiro com amamentos, aviões e helicópteros estão hoje em Portugal e ninguém lhes pede contas. Entretanto julga-se um capitão pelo crime de se ter oposto ao golpe de Estado em marcha!

O capitão não teria este processo se ao distribuir as armas tivesse exigido recibo

## ...militares democratas na prisão!

Continuando a escalada reaccionária, novo e importante ataque foi desferido pela hierarquia militar contra o 25 de Abril e aquilo que representa.

Pelo tristemente célebre libertador dos Pides, Juca Barata, foram passados cerca de vinte mandatos de captura contra militares e ex-militares a propósito do processo que em Junho de 75 levou a grande maioria dos militares do Regimento de Comandos da Amadora a contestarem a sua hierarquia.

Encontram-se já na prisão da Trafaria o ex-furriel Varão, e o ex-alfere Peres e o capitão Patocínio.

Note-se que se indicamos aqui o motivo das detenções fazemo-lo por dedução nossa, já que os referidos militares têm sido presos sem que na altura da prisão lhes sejam mostrados os mandatos de captura, sem que lhes seja indicado o motivo e sem que familiares ou qualquer pessoa da

aos militares que as receberam — comentam os juizes.

Deste modo se passa por cima da situação de emergência que o golpe reaccionário então em curso originava. Pensar que numa situação destas (em que o RALIS era bombardeado e em que o próprio edifício do SDCl era sobrevoado por um heli-canhão) se devia pedir recibos das armas distribuídas é um absurdo! É fingir que não havia situação de emergência nenhuma. Daí a afirmar que o 11 de Março não existiu vai um pequeno passo.



Este continua por julgar...

De notar que neste caso, como no anterior, tem papel relevante no processo o oficial de segurança, o então capitão (hoje major...) Adelino Quaresma Fernandes de Almeida. Significativamente este senhor foi o único de quantos trabalhavam no SDCl que após o 25 de Novembro de lá não foi saneado. Pelo contrário, transitou directamente para a respectiva comissão de Extinção...

sua confiança seja em tempo avisada do sucedido.

Os réus segundo apurámos, são acusados do crime de "insubordinação com coligação".

"Crime" esse que consistiu no facto de terem estado presentes num processo de massas que, como tantos outros em tantos quartéis, contestou a hierarquia reaccionária da sua unidade.

A este respeito recebemos da "Comissão de Unidade de Ex-Militares contra o Fascismo" uma comunicado de que transcrevemos a parte final:

"Os ex-militares que participaram activamente no 25 de Abril e lado a lado com o povo defenderam e aprofundaram as conquistas populares, protestam energicamente contra este estado de coisas e declaram a sua solidariedade com os ex-militares vítimas da repressão, a quem prestarão todo o seu apoio, exigindo desde já a sua imediata libertação. NÃO À REPRESSÃO!"

Inversamente o agora réu Santos Ferreira participou de armas na mão, no 25 de Abril tendo tomado parte na ocupação do Radio Clube Português.

Finalmente, o tenente militar Nunes Ferreira e o capitão IC da Força Aérea Santos Silva são acusados pelo extravio de uma pistola por eles entregue a um civil que colaborava com o SDCl e se oferecera para ir ao Algarve tentar comprovar informações segundo as quais iria dar-se um desembarque de armas.

Este civil de nome Flausino, também réu no processo, recusou-se posteriormente a devolver a arma. Ouvido pelo tribunal caiu em várias contradições, tudo indicando tratar-se de um agente provocador com ligações a elementos de extrema-direita.

Que dizer, senão que a "Justiça" Militar é hoje feita ao sabor de conveniências políticas, e sempre com o objectivo de atingir os militares de esquerda?

Por este andar dentro em pouco só faltará ao Tribunal de Santa Clara fazer o processo e o julgamento da "intenta-na" de 25 de Abril!

## T.C.H.D. contra a reabilitação dos fascistas

CONTINUAÇÃO DA PÁG.1 pides que participou no crime?"

Foram também apresentados cinco extensos relatórios sectoriais sobre a organização e as criminosas actividades da Pide que so por absoluta falta de espaço não referimos aqui como mereciam. Pela sua importância transcrevemos somente a parte final do

## DEPOIMENTO DE JOÃO MARTINS PEREIRA AO "PP" PORTUGAL ENTRE A ESPADA (FMI) E A PAREDE (CEE)

Não creio que valha a pena repetir tudo quanto já tem sido dito e escrito quanto às consequências a curto prazo previsíveis, derivadas da aplicação do "acordo" imposto pelo FMI: falências de empresas (logo, aumento do desemprego) em consequência de fortes restrições de crédito, aumento substancial do custo de vida (quer por aumento directo de preços, quer por aumento do preço das importações via desvalorização), estagnação geral da economia, degradação do salário real (pois aquele aumento de preços será obviamente superior ao limite fixado do aumento de salários, etc. etc. E, alias, extremamente duvidoso que, ao fim disso tudo, se tenha conseguido o objectivo de redução do défice da balança de pagamentos em mais de 20 milhões de contos.

O que convém saber é que, se por um lado isto não é imposto, e o governo declara que tal é condição para "reestruturar a economia" a fim de permitir a entrada no Mercado Comum, por outro esse mesmo Mercado Comum nos está já neste momento a pôr sérias dificuldades quer no que respeita a exportações (ex. têxteis), quer quanto a investimentos. Segundo elementos publicados na imprensa estrangeira e que a nossa imprensa "livre e democrática"



não tem transcrito, são muito fortes as pressões no sentido de congelar o Plano Siderúrgico Nacional e os investimentos previstos no sector das fibras sintéticas, entre outros. O que é confirmado, não oficialmente, por técnicos ligados ao Ministério da Indústria. Isto é, enquanto uns não impõem a estagnação, a bem da balança de pagamentos, os outros cortam-nos exportações (a mal da mesma balança) e pretendem forçar-nos a investir apenas nos sectores que mais lhes convenham: o que não será difícil não só pela ansia governamental por entrar no Mercado Comum, mas porque os investimentos de maior importância serão, de qualquer modo, financiados pelo estrangeiro.

Por outras palavras, a economia portuguesa deixou por

completo de ser gerida e orientada pelos portugueses e no seu próprio interesse. A plena reintegração no sistema capitalista mundial tem este preço evidente, que a cada momento nos será lembrado, à medida que se tiver que ir liquidando uma dívida externa que não se vê onde irá parar — nem como se irá pagar.

O povo português não esqueça que tal situação não tem comparação possível com a que existia em Setembro de 1975, quando o Partido Socialista "tomou conta" da gestão económica do país. Foi o Partido Socialista, sem discussão possível, quem, triste intermediário da burguesia derrotada em Abril e do imperialismo germano-americano, conduziu Portugal a este abismo económico — com as ameaças políticas que ele acarreta.

Só que, apesar de tudo, Abril ainda não terminou.

alegações jurídicas, a cargo de Carlos Candal que terminaria exigindo "A condenação sem atenuantes da Pide e do fascismo" e as alegações em nome do TCHD nas quais Jerónimo Martins mais uma vez afirmaria o empenhamento do tribunal nas tarefas que se propôs levar a cabo: Julgar a Pide e condenar o fascismo.

Transcrevemos a seguir o depoimento do camarada N. Teotónio Pereira, membro do juri do TCHD e membro do CC do MES,

## N. TEOTÓNIO PEREIRA: significado e lições desta realização

Com esta primeira sessão pública, o TCHD impôs-se ao respeito dos seus detractores, calou as vozes da calúnia, convenceu os indecisos, fez tremer os fascistas e seus cúmplices, conquistou a adesão popular.

O povo explorado e oprimido durante meio século por uma feroz ditadura, reconhece no TCHD o instrumento que faltava para julgar a Pide e condenar o fascismo: instrumento eficaz para exprimir uma consciência colectiva até aqui indignada mas dispersa e desorientada, injuriada, mas esgotando-se nas condenações verbais; ansiosa por justiça, mas enganada pelo oportunismo político e pelos compromissos dos partidos que desde o 25 de Abril tem partilhado o poder político.

Mas esta consagração do TCHD não foi fácil, nem é obra do acaso. Ela é uma vitória contra a suspeição e a intriga, contra posições sectárias, contra a hostilidade surda, contra aqueles que condenam o fascismo nas palavras mas que lhe abrem os braços nas acções.

É esta vitória foi possível porque resulta de uma acção unitária exemplar e tem atrás de si mais de um ano de trabalho militante, persistente e organizado. E também pela lisura de processos, pela seriedade demonstrada em todos os momentos no respeito pelos altos objectivos do Tribunal que é o respeito pelas vítimas do fascismo e pelo povo português, como instância decisiva do julgamento.

Para além disto, três coisas ficaram claras para quem participou nesta primeira sessão do TCHD:

— a culpabilidade, não só dos agentes directos da repressão terrorista (mesmo daqueles que tentam desculpar-se com o cumprimento de ordens superiores), mas de seus cúmplices e encobridores, a todos os escalões do Estado fascista, do aparelho empresarial, do sistema judicial, da estrutura militar, do ensino. E isto até ao mais alto nível, em Portugal como nas colónias;

— a dimensão, não apenas nacional mas universal, da necessária e urgente condenação da Pide e do fascismo, contributo histórico do povo português para com os povos que sofrem sob as garras de regimes fascistas ou estão por eles ameaçados;

— a actualidade da luta anti-fascista, voltada não tanto para um improvável regresso ao 24 de Abril, mas sobretudo contra a reabilitação e consequente avanço dos fascistas em todos os sectores da vida nacional, como factor necessário para a consolidação do poder da burguesia, submissão do nosso país ao imperialismo e esmagamento dos interesses dos trabalhadores.

Por tudo isto, o TCHD é hoje uma trincheira que é necessário alargar e fortalecer, uma bandeira de luta que deve ser levantada por todos os revolucionários e anti-fascistas.